



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11376 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

**A EDUCAÇÃO ICOMIANA E A RETÓRICA DO PROGRESSO NA AMAZÔNIA AMAPAENSE (1960-1984)**

Pollianna Pimentel Ferreira - UFPA - Universidade Federal do Pará

Kátia de Nazaré Santos Fonsêca - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Norma Iracema de Barros Ferreira - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

**A EDUCAÇÃO ICOMIANA E A RETÓRICA DO PROGRESSO NA AMAZÔNIA AMAPAENSE (1960-1984)**

Este resumo provém da Dissertação de Mestrado “A Educação na Amazônia do ‘Ouro Negro’: o programa educacional da Icomi no Distrito de Santana/AP (1960-1984)”. A título de Introdução, ressalta-se que o *tema* é a interface entre Educação e Fordismo, sobre a qual se analisa a instituição do programa educativo icomiano, pautado no modelo fordista de produção e regulação social, conexo à política de educação tecnicista então reforçada e consolidada no País. O fordismo gerou produção em grande escala e consumo de massa, colocando grande parcela do conhecimento e das deliberações técnicas, como do próprio aparelho disciplinar, fora do domínio de quem verdadeiramente faz o trabalho. Esse modo de regulação levou os assalariados icomianos a um processo de disciplinarização de corpos e mentes, com intuito de otimizar tempo e energia devotados ao trabalho produtivo (HARVEY, 2017). A responsável por essa engrenagem foi a Indústria e Comércio de Minérios S. A./ICOMI, que na década de 1940, começou a explorar as imensas jazidas manganíferas no então Território Federal do Amapá/TFA, após vencer mediante recurso, o processo de concorrência e contrato de arrendamento, lançado pelo Governador Janary Nunes, em setembro de 1946. (ICOMI, 1983, p. 16-17). Nesta senda da relação Educação/Mundo do Trabalho, o estudo analisou as diretrizes e as ações educativas do projeto icomiano no TFA, entre 1960 e 1984, por meio de consulta a artigos, periódicos e registros escolares – boletins, relatórios, atas etc. O *problema* indaga: de que modo a educação icomiana concorreu para a concretização do modelo de desenvolvimento fordista no TFA? Daí decorrem as *questões norteadoras*: que perfil escolar o trabalhador icomiano apresentava por ocasião de seu ingresso na empresa? Quais eram os propósitos da qualificação profissional proporcionada pela ICOMI a seus trabalhadores? Qual a relação entre o trabalho pedagógico que a Escola de

Vila Amazonas/ESVAM oferecia para com os filhos dos operários e o processo produtivo característico da empresa? Qual era a importância das atividades educativas extraescolares? O *objetivo* consistiu em analisar a relação entre o programa educacional da ICOMI e o fordismo na Amazônia, com enfoque na experiência da ESVAM e nos projetos extraescolares. Destaca-se que a relação entre Trabalho e Educação ficam evidentes, demonstrando como foram se construindo os caminhos de ida e vinda do espaço da fábrica para o espaço da escola no caso em estudo. A *justificativa* reside na abordagem da educação promovida pela empresa e a estrita relação entre o grande projeto ICOMI e a Educação, em prol da formação de uma nova sociedade no TFA. Conforme os documentos e estudos realizados observou-se que os objetivos da empresa estavam situados para além da extração/exportação do minério amapaense: formar homens capazes, habilidosos no mundo do trabalho industrial e moldados para atender às regras de um novo modelo familiar, sendo uma das missões assumidas pela empresa. A Educação efetivada dentro e fora do ambiente escolar tinha um papel central naquele projeto: gerar uma sociedade local firmada no “progresso, modernização e civilização”. A análise ancorou-se nas categorias: Homem Novo (GOMES, A. 1982) e Hegemonia (NEVES; MARTINS, 2010). Na concepção de Gomes, A. (1982), a formação do Homem Novo é aquela que, no cenário da busca pelo desenvolvimento e do progresso do País, articulou-se a uma política de combate à pobreza, que estaria centrada justamente na promoção do trabalho – era necessário “promover o homem brasileiro e defender o progresso e a paz no país”, objetivos que se unificavam em uma mesma meta: transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da Nação. O fordismo disciplinou a força de trabalho e o modo de vida do trabalhador com o intuito de otimizar a acumulação de capital. O projeto ICOMI tinha o intuito de moldar a vida dos trabalhadores para instituir práticas individuais e coletivas condizentes com o trabalho disciplinado, sedentarizado e maquinizado. Por meio de seu programa pedagógico as escolas administradas pela empresa buscavam formar uma nova geração de trabalhadores saudáveis, devotados à vida em família, ao trabalho e à Pátria, buscando a regulação de seu modo de vida e a “prevalência de valores morais e sociais” apresentados como sinais do bem comum e do “progresso” do Território no âmbito cultural (AMAPÁ/Rev. *Icomi-Notícias*, 1964a). A ICOMI afirmava que os ganhos que proporcionava ao local iam além de *royalties* e impostos pagos por ela, que ultrapassavam as somas dos salários e demais despesas operativas. Ainda conforme a Rev. *Icomi-Notícias* (1964b), a mineradora contribuiria firmemente ao progresso e à melhoria da vida dos amapaenses, pelos subsídios que variavam do aspecto puramente financeiro à formação de novas gerações sadias e instruídas, à formação de ambiente para instalação e desenvolvimento de novos empreendimentos, e formação de uma consciência social de progresso baseado em racionalização de métodos de trabalho e elevação intelectual do homem. O projeto ICOMI difundia as ideias de superação da “falta de desenvolvimento” e de busca do “progresso” e seu programa educacional viria então formar novas gerações que representariam o “triunfo do homem sobre a selva, a vitória da civilização sobre o trópico” (AMAPÁ/Rev. *Icomi-Notícias*, 1964b). Para Frigotto (2010) formar novas gerações “sadias e instruídas”, gerar uma consciência social calcada na noção de progresso, bem como racionalizar os métodos de

trabalho constituíram a base do ideário fordista de produção e regulação social vigente de forma global desde os anos 1930, aspectos postos em prática no TFA, sob a chancela do programa educacional icomiano. Essa concepção de Homem Novo é reforçada por Neves e Martins (2010), sob o viés gramsciano, com as discussões sobre Hegemonia impostas na ocasião. As autoras ressaltam que o conceito de Hegemonia abrange um complexo de relações vinculadas ao exercício do poder em sociedades de classes. O seu exercício é sempre uma relação pedagógica, que busca subordinar em termos morais e intelectuais grupos sociais inteiros, pela persuasão e educação. É um projeto de caráter particular, de uma classe ou fração de classe, que passa a ser a concepção aceita pela maioria. O programa de reforma econômica se apresenta como a reforma intelectual e moral e a nova pedagogia da Hegemonia é sinônimo do exercício da dominação, efetivada pela legitimidade das teorias que a sustentam em permanente atuação de *novos intelectuais orgânicos do capital*, responsáveis por sua difusão. Frigotto (2010) destaca o quanto o sistema educacional dos tempos modernos ainda é moldado de forma a perpetuar o *status quo* e a hegemonia do sistema capitalista. Dentre as diversas estratégias do Estado, a ideia de Hegemonia associada ao seu controle, presume que já não se pode utilizar somente a força – o “consenso” é então percebido como meio fundamental para não se perder o controle das massas. A função básica da educação, neste cenário, é o de reproduzir as condições sociais postas e a Escola assume a função de disseminadora dessa ideologia conservadora (LOMBARDI; SAVIANI, 2005). Quanto ao Método, destaca-se a Abordagem Qualitativa, que segundo Oliveira (2014, p. 59) consiste em “uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem mensuração quantitativa de características ou comportamento”. Esse tipo de abordagem possibilitou analisar a complexidade de questões que envolveram os então alunos pesquisados da ESVAM e oferecer contribuições aos estudos de História da Educação na Amazônia, calcadas no método Materialismo Histórico-Dialético/MHD, no qual Marx e Engels (2015) opõem-se ao espiritualismo e idealismo e buscam explicação científica do real, assentando-se na perspectiva histórica, para entender os processos de transformação social a partir do conflito de interesses das diferentes classes sociais. Assim, as ferramentas teóricas marxistas e marxianas possibilitaram a análise do processo histórico de constituição da educação icomiana e sua relação com as aspirações das classes hegemônicas. Para ambos os filósofos, nas sociedades capitalistas, educar formalmente dentro do âmbito escolar e fora dele, atende sobretudo ao rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção. Tal método permitiu avaliar as vertentes do projeto ICOMI que estavam para além do aspecto econômico, abarcando o social, o educacional, o político e até o ideológico entre a vida pública e a privada de seus trabalhadores. Foram contempladas as categorias marxistas *Contradição*, *Mediação*, *Totalidade* e *Historicidade*. Note-se que, entender a *Totalidade* não denota, em absoluto, a apreensão de todos os fatos desse programa educativo, mas o entendimento do vasto conjunto das relações, particularidades e pormenores capturados numa totalidade que compôs outras totalidades. A categoria *Mediação* situou as dependências entre os distintos aspectos que compunham aquela experiência educacional em sua *Historicidade*. Nesta pesquisa, a *Totalidade* vive nas/por meio das *Mediações*, pelas quais partes específicas

estavam conexas (totalidades parciais do programa educacional icomiano institucionalizado ou não, das ações do Estado e de outras forças sociais), numa sequência de determinações mútuas que se modificavam de maneira constante para atender aos ditames do capital em meio as *Contradições* desse sistema. O estudo foi alicerçado em estrito diálogo entre as pesquisas bibliográfica e documental, sendo que esta última, segundo Evangelista (2009) procura articular elementos teórico-metodológicos que possibilitam a compreensão de diretrizes educacionais presentes em documentos oficiais e oficiosos divulgados em papel ou eletrônicos. Para a autora, a relevância dessas fontes é que possibilitam extração de dados da realidade, permitindo localizar, selecionar, ler, reler, sistematizar e analisar as evidências que cada um deles apresenta dentro da discussão proposta, passos determinantes e fecundos para se discutir e (des)construir compreensões do mundo, mas também para se produzir documentos, conhecimentos e consciências. O documento, em alguns casos, permanece como o único testemunho de atividades ocorridas num passado distante ou recente. No *locus* investigado, adotava-se uma seletividade escolar que legitimava hierarquização, segregação e perpetuação das desigualdades sociais, o que é confirmado na análise das fichas de avaliação individual dos *sujeitos* da pesquisa – alunos da ESVAM. Os registros das avaliações escolares são taxativos e depreciativos quanto às dificuldades dos alunos, discriminando e rebaixando a vida escolar daqueles que não se ajustavam às expectativas do sistema educacional e produtivo. Assim, manusearam-se os registros escolares nos Arquivos da Secretaria de Estado de Educação do Amapá-SEED/AP, especificamente no Núcleo de Inspeção Escolar (NIOE), para onde foram enviadas os documentos da ESVAM em 1984, quando a Fundação Bradesco assumiu o comando da Escola, prescindindo daquela vasta documentação. No referido repositório buscaram-se as seguintes fontes: relatórios, atas, fichas de avaliação dos alunos, certidões de nascimento, fichas de matrículas, projetos, dentre outros documentos circunscritos ao objeto da investigação. Neste estudo também analisaram-se periódicos, especificamente as 36 edições da Revista *Icomi-Notícias*, que circulou no TFA e em seus arredores entre 1964 e 1967. As fontes da pesquisa foram objeto de uma Análise de Conteúdo, cujo ponto de partida “é a **mensagem**, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. Necessariamente ela expressa um significado e um sentido” (FRANCO, 2005, p. 13, grifo da autora). A estudiosa afirma ainda que se deve considerar a afinidade que conecta a emissão da mensagem, que pode ser uma palavra, um texto, um enunciado ou até mesmo um discurso, às condições contextuais de seus produtores, que abrangem o progresso histórico da Humanidade, sua situação econômica e sociocultural, o acesso aos códigos linguísticos e o grau de competência para decodificá-los, que além de componentes cognitivos, afetivos, valorativos, são carregados de componentes ideológicos. A análise de conteúdo apresentou a possibilidade de ultrapassar ou “desconstruir” determinadas “versões/verdades” do legado educacional e desenvolvimentista do Projeto ICOMI, por intermédio de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem. Os procedimentos metodológicos dessa categoria de análise foram executados em perspectiva qualitativa – de forma exclusiva ou não –, com destaque para: categorização, inferência, descrição e interpretação, sendo que esses procedimentos não ocorrem de forma sequencial, conforme Gomes, R. (2009). Nos Resultados e Discussões, tem-se o entendimento, com base

em Kuenzer (2011), que as relações entre produção e educação do trabalhador icomiano, constituíram-se na distribuição desigual do saber, na adaptação e no disciplinamento cotidiano, na política salarial e na questão da qualificação profissional, em exata ligação com a Escola, contexto no qual se passou a valorizar mais o saber escolar, em detrimento do saber prático/local. As estratégias educativas e sua eficácia no mundo do trabalho capitalista postas em prática no TFA, por meio da ICOMI, consolidaram o propósito hegemônico elitista/dominador/explorador pensado para essa parte da Amazônia durante o período territorial. Com a análise dos documentos percebeu-se quão grande foram os investimentos em estruturas física e humana realizados pela ICOMI, visando à produção da cultura escolar, de seu material didático e da disciplina dentro e fora da sala de aula. Isso demonstra que a ICOMI não estava “brincando” de fazer Educação no TFA, o que nos termos de Ciavatta e Duarte (2007) representa que a educação, na sociedade capitalista, cumpre o papel basilar de aprofundar as divisões sociais. Essas divisões estavam evidentes dentro da *company town* de Vila Amazonas/AP, pois seus moradores eram divididos em áreas de acordo com os cargos que ocupavam na empresa e com o tipo de vida familiar e social que tinham, o que se estendia a Escola. Neste atinente, Ciavatta e Duarte (2007, p. 15) reforçam seu dito de que a educação no Brasil acompanha “a divisão social do trabalho, que separa os que pensam dos que executam, atribuindo a cada classe de trabalhadores remuneração e lugares sociais diferentes”. Essa distinção, conforme os documentos analisados, alcançava as salas de aulas nas quais os filhos dos operários recebiam tratamento inferior em relação aos filhos daqueles que compunham o *staff* da empresa. Kuenzer (2011) afirma que no fordismo a educação funciona como força em favor do capital, modelo no qual o poder de direção é delegado aos mais altos níveis técnico-administrativos, sofrendo o operário a expropriação do saber sobre o trabalho e a imposição da obrigação de desenvolver funções cada vez menos qualificadas e sub-remuneradas, práticas que ocasionam a distribuição desigual do saber relativo ao processo produtivo. O trabalho na ICOMI foi organizado em meio a um projeto pedagógico, que embora fosse pouco explícito, era sempre presente, visando constituir um certo tipo de trabalhador, adequado aos interesses capitalistas. No período de TFA prevalecia uma realidade escolar em favor dos ideais hegemônicos, situação que Frigotto (2010), McLaren e Farahmandpur (2002) localizam no contexto brasileiro, associando-a às transformações globais. Este estudo evidencia que a educação deixara de executar o seu papel de fomentadora da *praxis* social, compreendendo a ampliação de conhecimentos, habilidades, atitudes, concepções e valores, e passara a articular-se aos imperativos e interesses das diversas classes e grupos sociais hegemônicos, reduzida pelas forças sociais dominantes a mero fator de produção. A educação do alunado da ESVAM não estava pautada em moldes críticos, nem em bases emancipadoras, considerando que esse tipo de educação do trabalhador icomiano e de seus filhos interessava à mineradora, que comprava a sua força de trabalho com vista à produção de mais-valia. Na ICOMI, quanto mais se desenvolvia a mecanização, mais o trabalho se fragmentava e automatizava, deixando o trabalhador com menos domínio do saber sobre o trabalho total. A ESVAM estava estruturada pedagogicamente para a formação de uma nova geração de operários, não de amapaenses críticos e politizados, mas de trabalhadores disciplinados. Conclusões: o programa educacional icomiano teve a finalidade

de moldar trabalhadores para atender às demandas da produção disciplinada e maquinizada do minério de manganês. A educação para esse grande projeto era, portanto, um “fator econômico”, pois nele a produção e os meios para otimizá-lo vieram em primeiro lugar. Os propósitos da educação icomiana seguiam a lógica capitalista. Por outro lado, os líderes da empresa e do Estado acreditavam que com ações educacionais voltadas para o trabalho e para a família, estaria o “Amapá saindo do intricado da mata, que é o atraso econômico – em busca de um amanhã de progresso e bem-estar generalizados.” (AMAPÁ. Rev. *Icomi-Notícias*, 1966). Todavia, esse suposto bem-estar não foi generalizado e tampouco permanente, pois ele entrou em crise a partir da década de 70, séc. XX, e sucumbiu juntamente com a ICOMI após 50 anos de exploração do minério de manganês em solo amapaense.

Palavras-chave: Educação. Fordismo. Educação Icomiana. Amazônia. Amapá.

## REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Revista **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro: Departamento de Relações Públicas da ICOMI, n. 1, jan. 1964a.

AMAPÁ. Revista **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro: Departamento de Relações Públicas da ICOMI, n.3, mar. 1964b.

AMAPÁ. Revista **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro: Departamento de Relações Públicas da ICOMI, n. 25, jan. 1966.

CIAVATTA, Maria (coord.); DUARTE, Elisa T. *et al.* **Memórias e temporalidades do trabalho e da educação**. Rio de Janeiro: Lamparina; FAPERJ, 2007.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. COLÓQUIO A PESQUISA EM TRABALHO, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS. 1. 2009. **Anais...** Belém: UFPA, 2009. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/211971320/texto-Olinda-PDF>.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GOMES, Ângela Maria de C. O trabalhador brasileiro. *In*: OLIVEIRA, Lúcia L.; VELLOSO, Mônica P.; GOMES, Ângela Maria de C. (org.). **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 151-166.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu; MINAYO, Cecília M. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 26. ed. São Paulo: Loyola, 2017.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS S. A. – ICOMI. **História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do navio**. V. II, Rio de Janeiro, 1983.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval. (org.). **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2005.

MCLAREN, Peter; FARAHMANDPUR, Ramin. **Pedagogia revolucionária na globalização**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. São Paulo: EDIPRO, 2015.

NEVES, Lúcia W.; MARTINS, André S. *et al.* **A direita para o social e a esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

OLIVEIRA, Maria M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2014.